**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Município de Santo Antônio de Pádua**

Estado do Rio de Janeiro

Praça Visconde Figueira, s/n – Centro – CEP 28470-000

**ANEXO VI - TERMO DE REFERÊCIA**

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARAO eventual **FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CESTAS BÁSICAS) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.**

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Este termo de referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal n.º 015 de 17 de fevereiro de 2017 e nº081 de 01 de agosto de 2017.

O **Município de Santo Antônio de Pádua** pretende **registrar preços** para o eventual **FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CESTAS BÁSICAS) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social**, com observância do disposto na Lei nº 10.520/02 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93, e nas demais normas legais e regulamentares.

O presente Termo de Referência objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à cotação de preços praticados no mercado, às especificações técnicas, à estratégia de suprimento e o prazo de execução.

**2. DO OBJETO:**

**2.1.** O objeto deste Termo de Referência é o Registro de Preços de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CESTAS BÁSICAS) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social,** conforme o APENDECE I deste Termo de Referência, pelo prazo de 12 (doze) meses.

**3. JUSTIFICATIVA**

**3.1.** Os materiais solicitados serão para atender as necessidades **da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social do Município** a usuários acompanhados pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do município, para que as famílias em vulnerabilidade social sejam atendidas através de avaliação realizada pelos Assistentes Sociais dos equipamentos responsáveis, e de igual modo, destinadas a prevenir ou minimizar as consequências danosas da ausência de emprego e renda, bem como de eventos anormais e adversos, previsíveis ou não, caracterizando-se como material indispensável no exercício e garantia das políticas de assistência social estabelecidos na Constituição Federal/88.

* **JUSTIFICATIVA PARA EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA:**

**CONSIDERANDO** o artigo 48, I, da lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de pequeno Porte, conforme abaixo:

*“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

***I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); “***

**CONSIDERANDO** que a existência de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas sediadas no local e regionalmente capazes de cumprir as exigências do ato convocatório, conforme comprovado através de pesquisas de preços anexos ao processo administrativo, informamos que serão aplicadas todas as prerrogativas legais previstas na Lei Complementar 123/2006.

**4. ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CUSTOS ESTIMADOS**

**4.1.** O quantitativo do item foi estimado com base na estimativa de consumo da Secretaria.

**4.2.** O custo estimado do gênero foi calculado com base em cotação média obtida perante empresas do ramo da atividade**, realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social e revisão do Órgão Gerenciador.**

**4.3.** A especificação, quantidade estimada e preço médio de referência, estão definidos no Apêndice I, deste Termos de Referência.

**4.4. VALOR ESTIMADO**

**4.4.1.** O valor total estimado foi apurado através de pesquisas de preços com empresas do ramo da atividade.

**4.4.2.** O valor estimado foi baseado somente de empresas do ramo da atividade local, dada a configuração específica realizada pelo Fundo Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para a confecção das cestas básicas, impossibilitando assim a pesquisa no Banco de Preço.

**5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**5.1.** As despesasdecorrentes do presente contrato correrão à conta do Programa de Trabalho e Elemento da Despesa do Orçamento do **Fundo Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social** que segue como apêndice a este termo, devidamente averiguadas e validadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

**6.** **FORMA DE FORNECIMENTO**

**6.1.**O fornecimento dos materiais deverá ser realizado a partir da requisição da Secretaria especificando quantidade, descrição completa do Material e finalidade, para secretaria ao órgão Gerenciador e averiguação de dotação orçamentária. pela Secretaria de Planejamento.

**6.2.** Ficará a cargo da **Secretaria** a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas das entregas do material.

**6.3.** Só serão aceitos produtos que estiverem de acordo com o item anterior e as especificações mínimas exigidas abaixo:

• Identificação do produto;

• Embalagem original e intacta;

• Data de fabricação;

• Data de validade;

• Peso líquido;

• Número do Lote;

• Nome do fabricante;

**.** Itens com a validade mínima de 04 (quatro) meses a contar da data de entrega.

**7. LOCAL de ENTREGA**

**7.1.** Os materiais serão entregues na **Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, no endereço Rua Dr. Ferreira da Luz, 44, Centro, neste Município, entre 08h às 16h, em dias úteis, observados os feriados**

**8. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E EXECUÇÃO DA ATA**

**8.1** Homologado o certame e adjudicado o objeto da licitação à empresa vencedora, essa deverá dentro do prazo máximo de **05 (cinco) dias** assinar a ATA DE REGISTRO após a convocação realizada pelo **Município de Santo Antônio de Pádua.**

**8.2.** O prazo de execução do objeto é de **12 (doze) meses**,sem interrupção e prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores,** especialmente os motivos elencados no **§1º do artigo 57 do referido diploma legal**.

**8.3.** O início da contagem do prazo deverá coincidir com a data da assinatura da Ata por ambas as partes.

**8.4.** Ficará a cargo de um servidor designado pela CONTRATANTE a ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8.5.** A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Santo Antônio de Pádua, que não tenha participado do presente certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.

**9. DO PRAZO DE ENTREGA, DE GARANTIA E DE SUBSTITUIÇÃO DOS ÍTENS**

**9.1. PRAZO DE ENTREGA**

**9.1.** O prazo de entrega dos materiais é de no máximo **05 (cinco) dias úteis,** contados a partir da data de retirada/recebimento ou envio, via correio eletrônico da Nota de Empenho.

**9.2**. Por prazo de entrega entende-se o prazo considerado até que os materiais sejam descarregados e recebidos no local de entrega fixado pelo CONTRATANTE.

**9.3**. Qualquer alteração do prazo de entrega dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.

**9.2. DO PRAZO DE VALIDADE DOS ITENS**

**9.2.1**. O prazo de validade dos itens alimentícios, objeto deste Termo de Referência deverá ser de no mínimo **04 (quatro) meses**, contados a partir do recebimento e atestação definitiva dos materiais pelo CONTRATANTE.

**9.3. DO PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS**

**9.3.1.** O prazo máximo para a CONTRATADA efetuar a substituição, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, de todo e qualquer item alimentício que durante o período de validade venha a apresentar defeito de fabricação/embalagem violada ou validade vencida, e outras não conformidades é de **24h (vinte e quatro horas),** a partir da data da comunicação pelo CONTRATANTE.

**9.4. PRAZO DA ATA**

**9.4.1.**O prazo da ata do Registro de Preços terá **validade de 12(doze) meses**, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, observada a necessária publicação, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

**10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Somente fornecer produtos dentro do prazo de validade.

**10.2.** Entregar e descarregar os produtos no(s) local(is) indicado(s) pelo Município**.**

**10.3.** Os produtos referentes ao objeto deverão ser reunidos em embalagem original

íntegra (não estar, furada, rasgada, amassada ou enferrujada) e embalados em saco

transparente lacrado e adequado para tal finalidade, atóxico e reforçada.

**10.4.** Não serão aceitas ofertas de produtos em embalagens ou condições diferentes

das solicitadas;

**10.5.** Todos os produtos cotados deverão obedecer às normas de legislação vigente

do Ministério da Agricultura e VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Quando for o caso).

**10.6.** O transporte e a descarga dos produtos no local designado correrão por conta exclusiva da

empresa vencedora, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente**.**

**10.7.** Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do

Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os

tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor,

conforme diploma legal.

**10.8.** A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

**10.9.** A CONTRATADA em comum acordo com a municipalidade poderá a aceitar nas

mesmas condições deste edital, acréscimos que o Município, venha a realizar nas

aquisições registradas

**10.10.** Dentro do prazo de vigência da Ata de Fornecimento, a Contratada será

OBRIGADA ao fornecimento do objeto, desde que obedecidas às condições do presente

edital.

**10.11.** Manter em validade todos os requisitos de habilitação, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**10.12.** Os Gêneros deverão ser entregues em veículos adequados para o transporte de alimentos **(Tipo Baú),** devendo ser previamente higienizados e não conter qualquer substância que possa acarretar lesão física, química ou biológica aos alimentos e obedecendo às legislações vigentes.

**11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**11.1**. Pagar pontualmente pelo **objeto**;

**11.2**. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e em tempo hábil quaisquer instruções ou alterações a serem adotadas sobre assuntos relacionados a este Contrato;

**11.3**. Designar um representante autorizado para acompanhar os fornecimentos e dirimir as possíveis dúvidas existentes;

**11.4** Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão feitas as entregas quando em áreas internas do CONTRATANTE;

**11.5**. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sem que com isso venha excluir ou reduzir a responsabilidade da CONTRATADA;

**11.6**. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

**12. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**12.2.** A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

**12.3.** A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.

**12.4.** A execução do contrato será acompanhada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

**12.5.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

**12.6.** Ficará a cargo de um **servidor designado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social,** a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas das entregas do material.

**12.7.** Cabe ao Órgão Participante aplicar, garantia a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

**13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**13.1.** O pagamentoserá efetuado em até **30 (trinta)** dias, medianteadimplemento de cada parcela da obrigação, através de cheque nominal ou depósito em conta bancária indicada, por intermédio da apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

**13.2.** Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de **compensação financeira.**

**13.3.** Por eventuaisatrasos injustificados, serão devidos à Contratada, **juros moratórios** de0,01667%ao dia,alcançando ao ano 6% (seis por cento).

**13.4.** Entende-se por atraso o prazo que exceder **15 (quinze)** dias da apresentação da fatura.

**13.5.** Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o **Município de Santo Antônio de Pádua** fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de **compensação financeira.**

**14. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇO:**

**14.1.** O critério de aceitabilidade de preço é o do **valor unitário estimado**, desclassificando-se as propostas com preços que excedam esse limite estabelecido ou sejam inexequíveis, assim considerado, aquele que não venha a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação.

**15. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**15.1.** O critério de julgamento é o de **menor preço unitário,** não se admitindo proposta com preços irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescidos dos respectivos encargos.

**15.2.** Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e

custos, como por exemplo: impostos, taxas, fretes, transportes, tributos de qualquer

natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do

objeto da presente licitação, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional**.**

**16. SUBCONTRATAÇÃO**

**16.1.** Conforme estabelecido no **Artigo 72 da Lei Federal no 8.666/93**, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto da licitação**.**

**17. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

**17.1. REGULARIDADE FISCAL**

**17.1.1.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e União, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, em vigor, expedida pela Secretaria da Receita Federal (Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**17.1.2**. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal, em vigor, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede da licitante, ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**17.1.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal, em vigor, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda da sede da licitante, ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**17.1.4**. Prova de regularidade relativa à Previdência Social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND), em vigor, expedida pelo Ministério da Fazenda através da Receita Federal do Brasil, ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**17.1.5**. Prova de regularidade relativa ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), em vigor, expedida pela Caixa Econômica Federal, ou outra certidão equivalente, na forma da lei.

**18.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**18.2.1.** Registro Comercial, no caso de empresa individual;

**18.2.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

**18.2.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

**18.2.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato registrado ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**18.2.6.** Declaração informando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

**19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**19.1.** Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados por **TODOS** os participantes os seguintes documentos:

**19.1.1.** Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, na forma do artigo 30, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93;

**19.1.2**. Licenciamento Sanitário (em validade) expedido pelos órgãos de Vigilância Sanitária Federal, Estadual e/ou Municipal;

**19.1.3**. Alvará de Funcionamento (em validade) emitido pelo Município sede da licitante atualizado.

**19.1.4.** Considerando o objeto a ser contratado, assim como a necessidade de garantir a eficiência na entrega das Cestas Básicas, faz-se necessário que a empresa possua estrutura operacional condizente com a dimensão do objeto, neste sentido, deverá apresentar **Declaração de Disponibilidade e Capacidade Instalada**, atestando que possui estrutura física e operacional para a execução contratual.

**20. DAS SANÇÕES**

**20.1.** A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesse edital, no contrato e das demais cominações legais, conforme dispõe o **artigo 7º da Lei Federal nº10.520/02,** quando:

**20.1.1.** Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta,não assinar o contrato;

**20.1.2.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame

**20.1.3.** Ensejar retardamento da execução do objeto;

**20.1.4.** Não mantiver a proposta;

**201.5.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**20.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo;

**20.1.7.** Cometer fraude fiscal.

**20.2.** A Contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

**20.2.1.** Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

**20.2.2.** Multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;

**20.2.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Município de Santo Antônio de Pádua**, por prazo não superior a dois anos;

**20.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**20.3.** A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do **objeto.**

**20.4.** A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 anos poderá ser aplicado à Contratada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:

**20.4.1.** Reincidência em descumprimento do prazo contratual;

**20.4.2.** Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;

**20.4.3.** Rescisão do contrato;

**20.4.4.** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolos os, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**20.4.5.** Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

**20.4.6.** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**20.5.** As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo asseguradaà Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

**20.6.** Ocorrendo atraso injustificado na entrega do **material**, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

**20.7.** A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato no prazo estipulado**,** importa inexecução total do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, facultando o **Município de Santo Antônio de Pádua** aconvocar a licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº8.666/93.**

**20.8.** Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos ao **Município de Santo Antônio de Pádua** no prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

**20.9.** As multas previstas neste ato convocatório não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao **Município de Santo Antônio de Pádua** e, ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas em leie que o contrato seja rescindido unilateralmente.

**20.10.** A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratadatenha junto ao **Município de Santo Antônio de Pádua**, sem embargo de ser cobrada judicialmente.

**20.11.** Constituem motivos para rescisão do contrato, por ato unilateral do Contratante, os motivos previstos no **artigo 78, I a XI da Lei Federal nº8.666/93,** mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando a Contratada, no que couber, as consequências previstas no **artigo 80 do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das sanções estipulada em leis e neste edital.

**21. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**21.1.** A revisão e o cancelamento dos preços registrados têm como embasamento legal o Decreto Municipal nº015, de 17 de fevereiro de 2017 artigos 16, 17, 18, 19 e 20 conforme abaixo:

***Art. 16****Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.*

***Art. 17****Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.*

***§ 1º*** *Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.*

***§ 2º*** *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

***Art. 18****Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:*

***I -*** *liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e*

***II -*** *convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.*

***Parágrafo único.*** *Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.*

***Art. 19****O registro do fornecedor será cancelado quando:*

*I - descumprir as condições da ata de registro de preços;*

*II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;*

*III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou*

*IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1.993, ou no art. 7 nº 10.520, de 2.002.*

*Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.*

***Art. 20****O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:*

*I - por razão de interesse público; ou*

*II - a pedido do fornecedor.*